

LEGISLAÇÃO:

PORTARIA N.º 201-B/2017, DE 30 DE JUNHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 201-B/2017, de 30 de junho, regulamentou a compensação de dívidas tributárias com créditos não tributários ao abrigo do artigo 90º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário nos casos em que o crédito tenha sido reconhecido por decisão judicial transitada em julgado [↗](#).

AVISO N.º 68/2017, DE 4 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Aviso n.º 68/2017, de 4 de julho, tornou público que foram cumpridas as respetivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo entre a República Portuguesa e a República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa, em 3 de junho de 2015 [↗](#).

AVISO N.º 71/2017, DE 5 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Aviso n.º 71/2017, de 5 de julho, tornou público que foram cumpridas as respetivas formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e o Reino do Barém para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Manama, a 26 de maio de 2015 [↗](#).

AVISO N.º 80/2017, DE 6 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Aviso n.º 80/2017, de 6 de julho, tornou público que foram cumpridas as respetivas formalidades constitucionais internas de aprovação da Convenção entre a República Portuguesa e o Sultanato de Omã para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 28 de abril de 2015 [↗](#).

PORTARIA N.º 208/2017, DE 13 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, regulamentou o n.º 4 do artigo 41º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, procedendo à delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial, que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior [↗](#).

PORTARIA N.º 209/2017, DE 13 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A Portaria n.º 209/2017, de 13 de julho, regulamentou o regime do requerimento, da emissão, da disponibilização e da consulta da certidão eletrónica no âmbito dos processos dos tribunais judiciais, dos tribunais administrativos e fiscais e da competência do Ministério Público [↗](#).

LEI N.º 54/2017, DE 14 DE JULHO, DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Lei n.º 54/2017, de 14 de julho, estabeleceu o novo regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo, do contrato de formação desportiva e do contrato de representação ou intermediação [↗](#).

PORTARIA N.º 215/2017, DE 20 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 215/2017, de 20 de julho, regulamentou a forma e prazo de exercício da opção prevista no n.º 8 do artigo 27º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), para pagamento do IVA devido pelas importações de bens através da declaração periódica, em vigor a partir de 1 de março de 2018 e aplicável a partir de 1 de setembro de 2017 às importações de bens elencados no Anexo C do Código do IVA, com exceção dos óleos minerais [↗](#).

AVISO N.º 100/2017, DE 21 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Aviso n.º 100/2017, de 21 de julho, tornou público que se encontram cumpridas as formalidades exigidas na República Portuguesa e na República da Índia para a entrada em vigor da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Índia, assinada em Nova Dali, em 4 de março de 2013 [↗](#).

DECRETO-LEI N.º 84/2017, DE 21 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho, regulou o benefício concedido às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança, aos bombeiros, à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e às instituições particulares de solidariedade social, através da restituição total ou parcial do montante equivalente ao IVA suportado em determinadas aquisições de bens e serviços [↗](#).

PORTARIA N.º 221/2017, DE 21 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 221/2017, de 21 de julho, procedeu à atualização da declaração periódica de IVA e respetivas instruções de preenchimento, adaptando-a às alterações introduzidas pela Portaria n.º 215/2017, de 20 de julho [↗](#).

Entretanto, já foi disponibilizada uma nova funcionalidade, no Portal das Finanças, denominada “Importações-Opção Pagamento Imposto DP IVA”, que permite ao interessado efetuar o pedido de adesão, de acordo com o previsto nos artigos 2º e 5º da Portaria nº 215/2017, de 20 de julho.

AVISO N.º 102/2017, DE 25 DE JULHO, DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Aviso n.º 102/2017, de 25 de julho, tornou público que se encontram cumpridas as formalidades exigidas na República Portuguesa e na República de Moçambique para a entrada em vigor da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinada em Lisboa, em 30 de abril de 2010 [↗](#).

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 280/2017, DE 6 DE JUNHO

O Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 280/2017, de 6 de junho, declarou inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma que determina que a reclamação da nota justificativa de custas de partes está sujeita ao depósito da totalidade do valor da nota, constante no n.º 2, do artigo 33º da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, na redação dada pela Portaria n.º 82/2012, de 29 de março, por violação da reserva de competência legislativa da Assembleia da República [↗](#).

OUTROS

VISÃO DE ENQUADRAMENTO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT) SOBRE O NOVO *E-TAXFREE* PORTUGAL

Foi publicado, no Portal das Finanças, um Condensado Técnico sobre o novo *e-TaxFree* Portugal que serve de apoio aos lojistas nas comunicações à AT [↗](#).